

REVOLUÇÃO FRANCESA: DE 1789 A 1989

Ivo TONET*

A comemoração do bicentenário da Revolução Francesa é um momento muito oportuno para fazermos algumas reflexões sobre as perspectivas do mundo atual.

Estas três palavras — liberdade, igualdade, fraternidade — trazem à nossa mente, de um ou de outro modo, uma outra idéia, que é a da emancipação da humanidade. Esta idéia, que poderíamos caracterizar, genericamente, como sendo a aspiração dos homens de escapar do domínio das forças da natureza, pondo-as ao seu serviço e, ao mesmo tempo, eliminar os males sociais tais como a fome, a pobreza, a miséria, as guerras, a escravidão, a exploração e a dominação, é muito antiga.

Desde a lenda do Paraíso Terrestre bíblico, passando pelas diversas sociedades utópicas criadas ao longo da história do pensamento ocidental, sempre esteve presente esta vontade de construir uma sociedade que funcionasse harmoniosamente e na qual a abundância de riquezas permitisse a satisfação das necessidades de todos.

O processo revolucionário francês, cuja gestação levou décadas e cujo ápice foi atingido em 1789, foi um momento de extraordinária importância na perseguição deste objetivo.

Com efeito, durante centenas de anos e até de alguns milênios, a idéia da emancipação foi, de fato, muito mais uma idéia do que uma possibilidade real. Faltavam as condições objetivas para que ela pudesse tornar-se realidade. Atraso, pobreza, miséria jamais permitiriam nem permitirão a construção de uma sociedade de homens livres, iguais e fraternos.

As condições materiais para que esta idéia pudesse tornar-se real somente começaram a configurar-se quando o capital passou a ser a força propulsora do processo histórico. Não que ele já não estivesse presente de longa data. Antes, porém, de apoderar-se da direção do conjunto da sociedade, ele era um componente entre outros, cada vez mais importante, mas cerceado em seus movimentos pelos laços do sistema feudal.

A revolução burguesa, em especial o seu momento francês, representa o rompimento definitivo — o que não quer dizer total — das barreiras econômicas, políticas, sociais e ideológicas que impediam a caminhada universalizante do capital. Desnecessário dizer que se trata de um processo complexo e de modo nenhum linear.

Como sabemos, desde as análises feitas por Marx, o capital é algo que tende a expandir-se constantemente, alargando cada vez mais os seus domínios e subsumindo a si mesmo todo o processo social.

Na sua obra *Elementos fundamentais para a crítica da economia política (Grundrisse)*, Marx dá uma bela descrição deste movimento revolucionário do capital. Diz ele (1978, v. 1:362):

Assim como a produção fundada no capital cria por um lado a indústria universal (...), por outro cria um sistema de exploração geral das propriedades naturais e humanas, um sistema de utilidade geral. (...) O capital cria assim a sociedade burguesa e a apropriação universal tanto da natureza quanto da própria relação social pelos membros da sociedade. Daí a grande influência civilizadora do capital; sua produção da sociedade num nível tal, face ao qual todos os anteriores aparecem como desenvolvimentos meramente locais da humanidade e como idolatria da natureza. (...) O capital, conforme a esta sua tendência, também passa por cima das barreiras e preconceitos nacionais, assim como sobre a divinização da natureza, liquida a satisfação tradicional, encerrada dentro de determinados limites e satisfeita consigo mesma, das necessidades existentes e a reprodução do velho modo de vida. Opera destrutivamente contra tudo isto, é constantemente revolucionário, derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversificação da produção e a exploração e o intercâmbio das forças naturais e espirituais.

Ora, neste momento, a classe burguesa, carro-chefe da revolução, tinha a possibilidade real de apresentar um projeto global para a sociedade, capaz de unir ao seu redor todos aqueles que aspiravam por uma sociedade mais igualitária. Não era simplesmente um oportunismo chamar à revolução todos os oprimidos pelo sistema feudal. Era uma proposta real, progressista como se diria hoje, ainda que, por sua própria natureza, limitada.

Além disso, o processo revolucionário francês significava uma aposta na *Razão*, contra tudo

* Prof. do Dep. de Filosofia da UFAL. Doutor em educação pela UNESP-Marília.

aquilo que desejava limitar a sua potência na apreensão do mundo e na *Ação* humana como instrumento capaz de intervir decisivamente nos rumos da história. A revolução demonstrava a possibilidade de dissipar as trevas do obscurantismo e de modificar profundamente as velhas estruturas. Portanto, a possibilidade de o homem ser sujeito da história, não apenas objeto, ser ativo e não apenas passivo diante de estruturas que independessem de sua vontade.

Contudo, é preciso não esquecer que o projeto burguês, apesar de todos os seus aspectos positivos, é um projeto intrinsecamente limitado. Com efeito, trata-se de um projeto de uma classe particular por sua própria natureza, cujos interesses, a longo prazo, não poderiam coincidir com os da totalidade da humanidade. Quando acentuamos a limitação intrínseca do projeto burguês, queremos enfatizar que se trata de uma proposta que não é indefinidamente aperfeiçoável, porque é de tal natureza que traz no seu interior limites inultrapassáveis a não ser que ela mesma seja superada.

O capital, cujas *personnae* são os burgueses, é uma relação essencialmente contraditória. A apropriação da riqueza socialmente produzida por um pequeno número de pessoas que, deste modo, hegemonomizam em seu benefício todo o processo social, é inseparável de sua existência. Nenhum projeto social fundado nesta estrutura poderia pretender satisfazer, a não ser num momento histórico determinado, a totalidade da humanidade.

Os próprios Direitos Humanos, proclamados pela Revolução Francesa, expressam claramente esta limitação estrutural. A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1793, em seu artigo 2º dizia (apud Marx, *A Questão Judaica*, 1991:41) “Estes direitos etc. (os direitos naturais e imprescritíveis), são: a igualdade, a liberdade, a segurança, a propriedade”.

Não por acaso a propriedade comparece como um direito natural. Porque ela, de fato, é o fundamento e a configuração de todos os outros direitos.

Comentando estes direitos, diz Marx em *A Questão Judaica* (1991:44):

Nenhum dos chamados direitos humanos ultrapassa, portanto, o egoísmo do homem, do homem como membro da sociedade burguesa, isto é, do indivíduo voltado para si mesmo, para seu interesse particular, em sua arbitrariedade privada e dissociado da comunidade

E referindo-se à liberdade, assim se expressa ele nos *Grundrisse* (1978:v. II, 169):

Daí, por outro lado, a tolice de considerar a livre concorrência como o último desenvolvimento da liberdade humana e a negação da livre concorrência como igual à negação da liberdade individual e da produção social fundada na liberdade individual. De forma mais precisa, isto nada mais é do que o desenvolvimento livre sobre uma base limitada, a base da dominação do capital. Deste modo, este tipo de liberdade é ao mesmo tempo a abolição mais plena de toda liberdade individual e a subsunção cabal da individualidade a condições sociais que adotam a forma de poderes objetivos e até de coisas poderosíssimas; de coisas independentes dos próprios indivíduos que se relacionam entre si.

O esmagamento das revoluções proletárias de 1848, na Europa, é o momento em que a burguesia deixa cair definitivamente a máscara e em que são expostos a nu os limites da sua proposta: liberdade, igualdade, fraternidade eram, na raiz, o nome do movimento do capital. Por isso mesmo, foram impiedosamente massacrados aqueles que queriam aprofundar o movimento revolucionário, atacando os próprios fundamentos da desigualdade social.

Entre 1789 e 1989, muitas foram as tentativas feitas pela classe trabalhadora para realizar efetivamente aquilo que a burguesia, por limitações essenciais de sua natureza, não poderia levar a termo. Desde a Comuna de Paris, passando pelas revoluções russa, chinesa, cubana, etc., até os nossos dias, todas elas foram sistematicamente derrotadas e isso ajudou a fortalecer a idéia de que aquelas aspirações não passavam de um sonho que se esfumou no confronto com a dura realidade.

Dois séculos depois, até a idéia de revolução, que agora deveria significar não apenas a realização parcial e limitada dos ideais da Revolução Francesa, mas sua radical e ilimitada efetivação, foi simplesmente banida do horizonte.

Pensar a revolução, hoje, como projeto, isto é, como um reordenamento radical das formas da sociabilidade humana a partir da sua matriz, que é a materialidade das condições de existência, faz a fina flor da intelectualidade torcer o nariz ou, no máximo, lançar um olhar complacente para estes pobres-diabos, utópicos, românticos, messiânicos, presos ao século XIX, que não conseguiram acertar o passo com a história. Pensar em revolução num século romântico como o século XIX, estava bem, mas em pleno século XX, quando até os países “socialistas” estão “retornando” ao seio

do capitalismo! Pura perda de tempo!

Mas o que a fina flor da intelectualidade oferece em troca do projeto revolucionário? Umas poucas idéias: as idéias da limitação da razão, da morte do sujeito e do aperfeiçoamento do existente através da democratização do Estado e do capital.

Vejamos, muito rapidamente, em que consistem estas idéias.

Quanto à limitação da razão. Tomando a razão reificada como parâmetro da racionalidade, afirma-se que ela é incapaz de apreender o mundo na sua integralidade e até a sua raiz, limitando-se a apanhar determinadas parcelas ou determinado nível da realidade. Quando não se afirma simplesmente que o mundo é relativo ao sujeito.

Quanto à morte do sujeito. A idéia de que os homens podem intervir conscientemente para dirigir o seu processo social de autoedificação é declarada ultrapassada. A história não é mais do que o movimento de estruturas, ora econômicas, ora lingüísticas, ora do inconsciente, sobre cuja lógica a ação humana não tem nenhum poder decisivo.

Como decorrência, se não dá para apanhar o mundo como totalidade pela sua raiz e se não é possível intervir para reordená-lo também pela raiz, sobram, para além do desespero ou da pura acomodação, apenas duas alternativas: ou forçar a mão pelo entesamento da vontade, que se atira a uma tarefa que a razão não sustenta, ou resignar-se a aperfeiçoar o existente, uma vez que superá-lo é impossível.

Esta última é certamente a alternativa mais difundida. Não por acaso! Já que não é factível a superação do capital e do Estado, resta democratizá-los. A participação de todos os cidadãos, no interior do ordenamento político democraticamente estabelecido, é o caminho através do qual serão eliminadas as desigualdades sociais e será criado um mundo de paz e de fraternidade.

Mas voltemos à Revolução Francesa. É de capital importância entender que o horizonte que parietrou a sua realização foi o horizonte da emancipação política. Para compreender a emancipação política, precisamos reportar-nos à natureza da sociedade civil, tal como era concebida por Marx. Na esteira dos pensadores do século XVIII, Marx entende a sociedade civil como o espaço onde têm lugar as relações econômicas. Fundada na propriedade privada, regida pelo capital, ela é atravessada por conflitos radicais entre capital e trabalho, pela concorrência, pelos interesses privados, pela anarquia da produção, pelo individualismo. Nas palavras de Marx (1991: 98-99)

...assim, a sociedade burguesa, em sua totalidade, é a guerra de uns contra os outros, somente delimitados entre si por sua individualidade, o movimento geral e desenfreado das potências elementares da vida, livres das amarras dos privilégios.

Para evitar o contínuo dilaceramento do tecido social, que poria em perigo a própria sobrevivência da humanidade, surge, então, o Estado, cuja atribuição fundamental seria a de compatibilizar os interesses particulares com o interesse geral. A constituição do Estado moderno, um dos momentos cruciais da revolução burguesa, é exatamente a proclamação de todos os indivíduos como livres e iguais, sujeitos dos mesmos direitos e regidos pelas mesmas leis. Eis aí a emancipação política: transformar o indivíduo, centrado nos seus interesses particulares e por isso contraposto aos outros homens, em cidadão, em homem público, cujo centro de gravitação é o bem comum.

Contudo, o indivíduo não foi eliminado. Pelo contrário, agora o homem está dividido em dois. A emancipação política simplesmente manifesta a cisão que se operou no homem entre vida pública e vida privada. Como diz Marx (1991:26):

Onde o Estado político atingiu seu verdadeiro desenvolvimento, o homem leva, não só no plano do pensamento, da consciência, mas também no plano da realidade, da vida, uma dupla vida: uma celestial e outra terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ser coletivo, e a vida na sociedade civil, em que atua como particular.

A emancipação política, portanto, é a expressão do dilaceramento vigente na esfera das relações econômicas. Por isso, por mais plena que ela seja, é sempre parcial, limitada e contraditória. Os indivíduos se tornaram formalmente iguais, formalmente livres, mas as bases mais profundas da desigualdade não foram destruídas. A estrutura da sociedade civil, que é a matriz dos males sociais, não foi substancialmente alterada. Por isso mesmo, no interior do horizonte da emancipação política, os homens não poderiam ser nem livres, nem iguais, nem fraternos.

Apesar disso, o próprio Marx reconhece, ainda em 1843 em *A Questão Judaica* (1991:28), que

... a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual.

Isto é, do mundo regido pelo capital.

Este horizonte, hoje, já não representa um progresso, mas tão-somente a reiteração da limitação, um entrave a que a humanidade aceda a um nível superior de autoedificação.

A mesma classe que outrora desfraldava a bandeira da liberdade, da igualdade e da fraternidade, hoje é a sua mais ferrenha inimiga. A burguesia empenha-se por todos os meios, dos mais sutis aos mais violentos, em impedir que estas idéias se tornem realidade, porque sabe que isto equivaleria à sua morte. Basta ver que dois terços da humanidade passam fome, hoje, num momento em que estão disponíveis as condições materiais para satisfazer as necessidades de todos os homens. Em vez de resolver os problemas sociais, no mesmo momento em que há um imenso avanço tecnológico, num pólo se acumula a riqueza e no outro, o da maioria, se acumula a miséria.

Tudo o que a perspectiva do capital pode oferecer, neste momento, consiste apenas no aperfeiçoamento das cadeias de ouro que escravizam a humanidade.

É, pois, falso, ver o mundo atual como um desdobramento, ainda que problemático, dos ideais da Revolução Francesa. Pelo contrário, o que vemos é o mais radical abandono destes ideais e a obstinada oposição a que eles se efetivem. A recusa da revolução é exatamente isto, a recusa em atacar os fundamentos da desigualdade, da oposição dos homens uns contra os outros e do cerceamento do livre desenvolvimento dos indivíduos.

Contentar-se, pois, em 1989, com o horizonte da emancipação política é ficar aquém daqueles que fizeram a revolução francesa. Porque, naquele momento, eles lutavam por algo que estava nos limites do possível. Hoje, o limite do possível não é a emancipação política, mas a emancipação humana. Esta consiste, essencialmente, em construir uma forma de sociabilidade tal que: em vez de as forças humanas objetivadas dominarem o processo social, sejam os homens a regê-lo livre e conscientemente; não haja antagonismos sociais fundados na propriedade não social que levem à exploração e à dominação; que as forças de todos os homens, trabalhadores associados, criem uma riqueza que seja posta a serviço de todos e que permita a cada um o desenvolvimento multilateral de sua personalidade. Nada disto será possível sem a superação do capital, da propriedade não social e do Estado, porque aí estão as raízes dos males sociais. De acordo com o *Manifesto da I Internacional* (In: Ensaio, n. 13, 198:53), isto significa que

... a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem uma classe de patrões, que utilizam o trabalho da classe dos trabalhadores; os meios de trabalho não precisam ser monopolizados como meios de dominação e de exploração dos trabalhadores; o trabalho assalariado, assim como o trabalho escravo e o trabalho servil, é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado, que empunha seus instrumentos com mão voluntariosa, mente viva e coração alegre.

Termino com a transcrição do sonho de Chico Mendes, escrito por ele mesmo (fev/1989:11):

Atenção jovem do futuro,

6 de setembro do ano de 2120, aniversário ou 1º centenário da revolução socialista mundial, que unificou todos os povos do planeta num só pensamento de unidade socialista e que pôs fim a todos os inimigos da nova sociedade. Aqui ficou somente a lembrança de um triste passado de dor, sofrimento e morte. Desculpem, eu estava sonhando quando escrevi estes acontecimentos, que eu mesmo não verei. Mas tenho o prazer de ter sonhado.

Que a realização deste sonho seja algo muito complexo e difícil; que não seja uma fatalidade que se realiza por si mesma, não há nenhuma dúvida. Mas isto é da essência mesma do fazer humano. O que importa é que isto não é apenas um sonho, mas uma possibilidade inscrita na própria realidade, o horizonte do nosso tempo.